



A homossexualidade dos analistas: historia, política e metapsicologia

Thamy Ayouch, Lucas Bulamah Charafeddine

► To cite this version:

Thamy Ayouch, Lucas Bulamah Charafeddine. A homossexualidade dos analistas: historia, política e metapsicologia. *Percorso*, 2013, 51 (Décembre 2013), pp.115-126. halshs-01003874

HAL Id: halshs-01003874

<https://shs.hal.science/halshs-01003874>

Submitted on 10 Jun 2014

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A homossexualidade dos analistas

história, política e metapsicologia

Thamy Ayouch

Lucas Charafeddine Bulamah

Resumo Durante muitas décadas, na IPA, tanto como em outras associações psicanalíticas, sujeitos homossexuais foram considerados como doentes e, portanto, banidos da formação didática e do acesso à posição de psicanalistas. Hoje em dia, esta visão, às vezes mantida, parece proceder de uma concepção meramente intrapsíquica do sexual-infantil, desvinculada do contexto histórico, político e clínico das homossexualidades, e dá lugar a uma versão normalizadora da sexualidade. Este artigo pretende apresentar uma breve história da formação e da dissolução de uma regra não escrita referente à homossexualidade do/a analista, para abordar, num segundo momento, algumas reflexões decorrentes destes debates históricos.

Palavras-chave homossexualidade dos psicanalistas; IPA; psicanálise; normatividade; escolha de objeto.

Thamy Ayouch é psicanalista, psicólogo clínico, maître de Conférences (Professor Doutor) em Psicopatologia clínica na Universidade Lille 3, Professor Visitante Estrangeiro na USP.

Lucas Charafeddine Bulamah é psicólogo, psicanalista e mestrando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Introdução

Como psicosexualidade infantil perverso-polimorfa, a sexualidade do analista constitui o fundamento da transferência e da análise da contratransferência. Sendo a sexualidade infantil concebida como *ganho de prazer* irredutível à satisfação de uma função vital, a prática sexual e o desejo são apenas uma manifestação dela. Assim, em vez de a psicanálise se interessar pelos fenômenos visíveis da prática sexual, ela desloca seu interesse para as expressões da sexualidade não aparentes, recalcadas, inconscientes. Como ressalta André Green em *Cadeias de Eros*, é esta sexualidade infantil, independente da mudança histórica de suas manifestações, que constitui o alvo da psicanálise. No entanto, apesar da sua fineza de análise teórica, Green apresenta algumas visões caricaturais da sexualidade, revelando inclusive preconceitos surpreendentes: na homossexualidade feminina, o pênis do homem provocaria um nojo e uma hostilidade estendida a todos os homens, considerados como estupradores pelas feministas¹. Por sua vez, a homossexualidade masculina é reduzida a um horror da vagina e à recusa da diferença dos sexos. Surge então a questão de saber se podemos, como psicanalistas inseridos na historicidade de nossa clínica, falar de um sexual-infantil absolutamente separado das formas sociais de prática da sexualidade. Esta interrogação é que pode legitimar a abordagem da sexualidade em particular, em vez do sexual-infantil: sexualidade dos/as analisando/as, mas também sexualidade dos/as analistas.

¹ A. Green, *Les Chaînes d'Eros. Actualité du sexuel*, p. 215.



*Anna Freud radicalizou
esta posição, militando contra
qualquer possibilidade de acesso
de sujeitos homossexuais
à análise didática*

A hipótese que desenvolveremos é que uma visão meramente intrapsíquica do sexual-infantil, desvinculada da relação social e do contexto histórico, dá lugar a uma concepção normalizadora da sexualidade, instituindo assim ao mesmo tempo uma norma heterocentrada herdada do modelo da família conjugal valorizado pela psiquiatria social, e suas decorrentes patologias. A meu ver, aqui comparece apenas o interesse em se debruçar sobre a sexualidade do analista (em vez de considerar de uma maneira global o sexual infantil). Neste artigo nos interessaremos por um aspecto desta visão: a questão da homossexualidade do analista.

Encontramo-nos numa época de renovação das formas de relação entre gêneros, e de mudança da ordenação do vínculo social e das modalidades de aliança e filiação. A maior visibilidade da homossexualidade, a homoafetividade e o homoparentesco não deixam de endereçar várias perguntas aos modelos psicanalíticos que pretendem dar conta da homossexualidade (psíquica ou agida) do/as analisando/as e do/as analistas.

Começarei por evocar a história da formação e da dissolução de uma regra não escrita referente à homossexualidade do/a analista, para abordar, num segundo momento, algumas reflexões decorrentes dessa história.

A regra não escrita e sua história

Foi em 1921 que, na recém-criada IPA (Associação Psicanalítica Internacional), os psicanalistas

vienenses, representados por Rank e Freud, se separaram dos berlinenses – apoiados por Jones e Abraham – quanto à possibilidade de candidatos homossexuais serem admitidos na formação em psicanálise. Enquanto Rank reivindicava uma despenalização da homossexualidade e a possibilidade de sujeitos homossexuais se tornarem psicanalistas, Jones declarava que, aos olhos do mundo, a homossexualidade seria um crime repugnante. Desejoso de normalizar a IPA e de limpá-la de qualquer membro que pudesse ser atacado com respeito a sua sexualidade, ele instituiu assim uma regra não escrita que permaneceu em vigência durante quase oitenta anos.

Alguns anos depois, Anna Freud radicalizou esta posição, militando contra qualquer possibilidade de acesso de sujeitos homossexuais à análise didática. A corrente kleiniana, por sua vez, confirmou esta visão da homossexualidade bem afastada da complexa concepção de Freud, assimilando-a a um transtorno esquizoide, e a uma perversão de tipo sádico-masoquista. Por conseguinte, em várias sociedades da IPA, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, sujeitos homossexuais, considerados como doentes, eram banidos da formação didática. Segundo Elisabeth Roudinesco², numerosos homossexuais assim afastados da IPA se voltaram, na França, para Lacan, que os aceitava como analistas na Escola Freudiana de Paris, fundada em 1964.

Foi nos Estados Unidos que se iniciou a primeira contestação institucional desta regra não escrita. A razão era dupla: de um lado, o desenvolvimento da psicanálise nesse país foi muito vinculado à medicina, e a uma herança não questionada da patologização da sexualidade. Contestando a teoria freudiana da bissexualidade, Sandor Rado³ considerava a homossexualidade como fobia diante do outro sexo. A sua concepção foi continuada por Irving Bieber, afirmando que “todas as teorias psicanalíticas assumem que a homossexualidade adulta é psicopatológica”⁴ e por Charles Socarides, que escrevia, por exemplo:



Acredito que em todos os homossexuais houve uma instabilidade na progressão da unidade mãe-bebê da infância até a individuação [...]. Isto se manifestou como uma ameaça de aniquilação pessoal, perda de fronteiras egoicas e sentimento de fragmentação⁵.

Esta abordagem médica adaptativa foi prolongada por Bychowski⁶, que via na homossexualidade defesas primitivas e narcísicas, e por Kolb e Johnson⁷, que insistiam que o/a terapeuta tinha que seguir a cura até que o/a paciente abandonasse o comportamento homossexual autodestrutivo. Por outro lado, foi nos Estados Unidos que, a partir dos anos 1960, movimentos de liberação gay e lésbicos influenciaram maciçamente as instituições psiquiátricas e psicanalíticas.

Em 1972, numa reunião da APA (*American Psychiatric Association*), John Fryer, disfarçado e com o pseudônimo de *Doctor H Anonymous*, declarou ser homossexual. Apontou as dificuldades que este estatuto lhe provocava na instituição psiquiátrica e na admissão a um instituto psicanalítico. Poucos meses depois, respondendo à pressão de movimentos ativistas, Robert Spitzer dirigiu o processo de retirada da categoria nosológica *homossexualidade* do DSM.

em 1972, numa reunião da APA
(*American Psychiatric Association*),
John Fryer, disfarçado e com o
pseudônimo de *Doctor H Anonymous*,
declarou ser homossexual

Esta contestação foi levada por Richard Isay frente a uma sociedade analítica, a *American Psychoanalytical Society* (APSA). Como ele nota⁸, após ter tentado eliminar suas tendências homossexuais a fim de ser aceito no treinamento psiquiátrico e psicanalítico, decidiu se opor ao viés homofóbico da APSA. Organizou um painel sobre a homossexualidade em 1983, num evento que resultou em tumultuados protestos por parte de analistas, para ser, três anos depois, o primeiro membro das instâncias oficiais da APSA a abertamente se declarar gay⁹.

Em 1987, Isay pediu ao presidente da APSA que apoiasse uma declaração oficial expedida pela APA despatologizando a homossexualidade. A nota proposta foi vetada pelo presidente da APSA, Homer Curtis, argumentando que a psicanálise tinha que ficar afastada da política. Quando Isay ameaçou, com o apoio da União Americana de Liberdades Cívicas (*American Civil Liberties Union, ACLU*), mover um processo contra o *Boston Psychoanalytic Institute*, da APSA, por discriminação da candidatas gays, o Instituto emitiu uma declaração oficial de não discriminação¹⁰.

Foi assim que Isay conseguiu introduzir, com apoio da ACLU, uma declaração de não discriminação da APSA em 1991, afirmando:

A American Psychoanalytic Association opõe-se e deplora a discriminação pública ou privada de indivíduos homens ou mulheres cuja orientação é homossexual. É a posição da American Psychoanalytic Association que nossos institutos selecionem candidatas para o

- 2 E. Roudinesco, "Psychoanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle", in *Cliniques Méditerranéennes*, França, 2002, n. 65, p. 7-34.
- 3 S. Rado, "A critical examination of the concept of bisexuality", in *Psychosomatic Medicine*, n. 2, Estados Unidos, 1940.
- 4 I. Bieber et al., in *Homosexuality: a psychoanalytic study*, p. 18.
- 5 C. Socarides, *The overt homosexual*, p. 64. E mais, para ele, "O homossexual, não importa qual seu nível de adaptação e função em outras áreas da vida, é severamente prejudicado na área mais vital – a saber, a dos relacionamentos interpessoais". C. Socarides, "Homosexuality: basic concepts and psychodynamics", in *International Journal of Psychiatry*, n. 1, Estados Unidos, 1972, p. 119.
- 6 G. Bychowski, "The ego and the introjects", in *Psychoanalytic quarterly*, n. 1, Estados Unidos, 1956.
- 7 L. Kolb, A. Johnson, "Ethiology and therapy of overt homosexuality", *Psychoanalytic Quarterly*, n. 4, Estados Unidos, 1955.
- 8 R. Isay, *Becoming gay: the journey to self-acceptance*.
- 9 R. Isay, *op. cit.*, p. 153.
- 10 "A Boston Psychoanalytic Society and Institute, Inc. (BPSI) não discrimina com base em raça, credo, cor, sexo, idade, nacionalidade, deficiência física ou preferência sexual em admissões, administração de seus programas educacionais, patrocínios ou programas de empréstimo e empregos" (Boston Psychoanalytic Association, disponível em <http://www.bostonpsychoanalytic.org/analytic_training>. Acessado em 7 dez. 2012).



num painel intitulado

Homosexuality, Ralph Roughton

ressaltou a sua abordagem

de “analista didata e supervisor

que reconhece abertamente sua

identidade homossexual”

treinamento com base em seu interesse pela psicanálise, talento, *background* educacional apropriado, integridade psicológica, analisabilidade e educabilidade, e não na base da orientação sexual. É esperado também que nossos institutos empreguem estes padrões para a seleção de candidatos para o treinamento e para a indicação de todas as grades de faculdades¹¹.

Essa declaração foi emendada em 1992, a fim de proibir a discriminação inclusive ao acesso às posições mais altas da hierarquia. No mesmo ano foi criado o Comitê de Questões sobre Homossexualidade (*Committee on Issues of Homosexuality*, em seguida chamado *Committee on Gay and Lesbian Issues*), encarregado de identificar os preconceitos institucionais sobre a homossexualidade.

Ralph Roughton, psicanalista didata de Cleveland, tentou estender esta dimensão de não discriminação da APSAA para toda a IPA, no congresso de Barcelona de 27 de julho a 1 de agosto de 1997. Num painel intitulado *Homosexuality*, ressaltou a sua abordagem de “analista didata e supervisor que reconhece abertamente sua identidade homossexual”¹², inscrito numa associação na qual vários candidatos admitem sua homossexualidade e são bem acolhidos. Apresentando uma série de casos clínicos, Roughton concluiu que:

a técnica neutra no processo analítico, quando a etiologia é em essência impertinente, constitui uma posição ideal, mas raras vezes alcançada. Inclusive os analistas que se creem neutros são guiados, às vezes sem o saber, por uma teoria já obsoleta, por um heterossexismo cultural,

preconceitos não reconhecidos, contratransferência e simples ignorância das normas que regem as vidas dos homens e mulheres homossexuais. Como consequência seus pacientes homossexuais frequentemente vivem essa *neutralidade* como uma confirmação de atitudes negativas em relação à homossexualidade. Assim, uma constante autoanálise e educação parecem ser uma condição *sine qua non* para aqueles que tratam pacientes homossexuais¹³.

Roughton teve que se confrontar com as oposições de Lenise Lisboa Azoubel e Mauricio Ginacht, que exclamou, aparentemente surdo frente à declaração do americano: “o que nós (psicanalistas) faremos quando homossexuais baterem às nossas portas, para se tornarem membros de nossas sociedades?”¹⁴. Nicos Nicolaïdis respondeu perguntando se a negação da diferença sexual por parte dos homossexuais não derivaria possivelmente em negação da diferença geracional, que poderia culminar em pedofilia¹⁵. De maneira semelhante, Gilbert Diatkine denunciou a atitude *prosélito-militante* do norte-americano em nome da neutralidade da psicanálise, e Cesar Bottella declarou que a militância seria uma “recusa do drama pessoal do homossexual”¹⁶.

Após uma discussão no Congresso da IPA de Santiago, em 1999, um texto final aprovado pelo Conselho Executivo da IPA em Julho de 1999, reafirmado em 2001 e emendado em 2002, estipulava o seguinte:

A IPA se opõe a qualquer discriminação contra qualquer pessoa com base de gênero, origem étnica, crença religiosa ou orientação homossexual. A seleção de candidatos para o treinamento psicanalítico deve ser feita somente em bases diretamente relacionadas à capacidade de aprender e atuar como psicanalista. Ademais, é esperado que o mesmo padrão seja usado na indicação e promoção de membros de posições educacionais, incluindo analistas didatas e supervisores¹⁷.

A declaração provinha de um longo diálogo entre Roughton, César Bottella, Jaime Stubrin, Jaime Lutenberg e Steven Ellman, publicado na

Newsletter da IPA do ano 2001, e concluído por uma carta de Daniel Widlöcher, então presidente da IPA¹⁸.

A regra não escrita valia obviamente para outros países, como foi demonstrado por várias pesquisas e declarações (veja-se na Alemanha as ações da Associação de Homossexuais nos Serviços de Saúde no período de 1985 a 1994¹⁹, no Brasil o debate promovido pelo *Jornal de Psicanálise* da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), e na Inglaterra a pesquisa de Mary Lynne Ellis²⁰).

Cabe analisar agora mais precisamente alguns pontos decorrentes desta história particular da construção e da contestação da regra *não escrita*.

Escrever, inscrever psiquicamente

Face a uma regra não escrita, o que estava em jogo, para os psicanalistas homossexuais, era um *dizer sobre si*. A falta de escrita da regra foi contrabalançada por uma forma de *acting out* oral, uma tomada da palavra por parte dos psicanalistas que reivindicavam uma identidade sociopolítica. Drescher aponta a semelhança entre as instituições analíticas e o exército, ao redor de uma regra muda “*don’t ask, don’t tell*”:

11 American Psychoanalytic Association, “Annual Meeting – May 8th, 1991”, in *Journal of the American Psychoanalytic Association*, p. 1110.

12 E. Berman, “Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin, Buenos Aires”, in *International Journal of Psychoanalysis*, n. 4, Inglaterra, 1998, p. 645.

13 E. Berman, *op. cit.*, p. 652.

14 E. Berman, *op. cit.*, p. 808.

15 N. Nicolaïdis, “L’homosexualité et la question de la différence”, in *Médecine et hygiène*, n. 21, França, 2001.

16 C. Botella, “L’homosexualité(s): Vicissitudes du narcissisme”, in *Revue Française de Psychanalyse*, n. 4, França, 1999.

17 R. Roughton, “The International Psychoanalytic Association and Homosexuality”, in *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*.

18 *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA* n. 1, Inglaterra, 2001.

19 U. Rauchfleisch, “Homosexuality and psychoanalytic training”, in *Forum der Psychoanalyse*, n. 4, Áustria, 1993.

20 M. L. Ellis, “Lesbians, gay men and psychoanalytic training”, in *Free associations*, n. 4, Inglaterra, 1994.

21 J. Drescher, “A history of homosexuality and organized psychoanalysis”, in *Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, n. 3, Estados Unidos, 1995, p. 233.

a falta de escrita da regra
foi contrabalançada por
uma forma de acting out oral,
uma tomada da palavra por parte dos
psicanalistas que reivindicavam
uma identidade sociopolítica

Se um gay ou uma lésbica conseguisse transpor a triagem inicial e entrasse no sistema, vivia sob o medo constante de ser descoberto/a e expulso/a. Ademais, ambos os grupos (exército e instituição psicanalítica) ultrajavam a homossexualidade como um perigo aos valores que eles tentavam perpetuar. Mesmo que gays que estivessem no armário servissem admiravelmente ao exército e na psicanálise, uma vez descobertos sofreriam extrusão para o reforço dos valores heterossexuais e difusão dos valores estereotipados a respeito da homossexualidade²¹.

O problema que surge aqui *está* ligado precisamente à regra ser não escrita: constam poucos traços do funcionamento desta regra, ainda que ela não deixasse de valer durante muito tempo, e às vezes continue valendo. Isso levanta a questão de saber como elaborar uma proibição que não foi simbolizada e agiu como real. Simbolizá-la levaria ao absurdo, e condenaria a sair dos princípios da psicanálise, fazendo dela uma doutrina normalizadora. Portanto, cabe perguntar como funcionou e talvez continua funcionando, já que não se trata do recalque nenhum, mas, mais fundamentalmente, de uma forma de foraclusão: um buraco no simbólico, que ameaça voltar, sob a forma de alucinação, no real.

Público, privado:
a extensão do político

Uma das oposições mais recorrentes, ao longo do processo histórico de contestação da regra não



vários psicanalistas criticaram Roughton por ter-se reduzido a descrever os comportamentos dos seus pacientes, e falhado em produzir uma metapsicologia a respeito da homossexualidade

escrita, foi a reivindicação, por vários psicanalistas, de uma dimensão não política da psicanálise. Homer Curtis, em 1987, tanto como Cesar Bottella e outros psicanalistas em 1997, consideravam que essas reivindicações eram “assuntos sociais sem relevância à psicanálise”²². O motivo comum a estas oposições levanta a questão da politização da psicanálise. Tal dimensão é recusada em nome de uma dissociação entre o subjetivo, privado, e o coletivo e social, público, sendo o primeiro o único alvo da psicanálise. Cabe perguntar, porém, se o político é unicamente situado na realidade exterior, e não se revela, ao contrário, no centro da estruturação e da organização psíquica.

Que o “pessoal (seja) político” foi um lema emblemático de diversos movimentos feministas nos anos 1960. Tratava-se de questionar aquilo que até então era mantido fora do político: os papéis sexuais, a personalidade, a organização familiar, a sexualidade, o corpo. A epistemologia feminista operou um trabalho de historicização e de politicização do espaço privado, reintroduzindo relações de poder e de conflito no que era considerado como normas naturais ou morais, matéria dos corpos e estruturas psíquicas ou culturais. Fez assim uma genealogia dos dispositivos de normalização da divisão sexual do trabalho, da socialização dos corpos, das hierarquias de gênero.

Esta epistemologia provém diretamente da crítica foucaultiana desenvolvida em *Vontade de saber*. Foucault contesta os dois pilares da explicitação da sexualidade pela psicanálise: a ideia de que a verdade do sujeito é inerente à sua sexualidade

e que a repressão é o melhor modelo para descrever as relações de poder. Através dessas duas regras, a psicanálise apareceria como a versão mais pura e mais econômica do aparelho de dominação chamado “dispositivo de sexualidade”. Longe de ser uma *libertação* da sexualidade antes reprimida, o discurso sobre a sexualidade é um dos numerosos agentes do controle social, exercendo um poder que acontece além da lei. Não se trata de um poder central, monárquico, negativo que proíbe através da lei, mas de um poder disseminado, disciplinar, positivo, que valoriza, faz proliferar, e produz através da norma.

Consequentemente, a sexualidade do analista aparece, politicamente, no centro de um dispositivo de relações de poder. Ela não pode ser considerada só subjetivamente ou de forma metapsicológica independentemente das consequências políticas da sua teorização e das práticas ao seu respeito.

Realidade exterior, realidade psíquica;
Estados Unidos/Europa

No Congresso de Barcelona, vários psicanalistas criticaram Roughton por ter-se reduzido a descrever os comportamentos dos seus pacientes, e falhado em produzir uma metapsicologia a respeito da homossexualidade. Se é verdade, por um lado, que em várias tendências americanas se esquece da dimensão psicodinâmica, intrapsíquica e pulsional, e que os conflitos psíquicos são descartados, não se trata desse embate na reivindicação por psicanalistas homossexuais de uma não discriminação.

Na supracitada *Newsletter* da IPA, Roughton²³ aconselha o psicanalista que acompanha pacientes homossexuais a:

1. Deixar de lado as teorias da etiologia (parciais, generalizadoras, e colocando o foco sobre a homossexualidade como desvio);
2. Não ter pré-concepções sobre a patologia, não sendo a homossexualidade nem um sintoma nem uma doença, observando que as teorias patologizantes provinham de generalizações de casos individuais anedóticos;



*considerar que a psicanálise
se importa unicamente
com um nível intrapsíquico
separado do coletivo é instituir
dogmaticamente uma eternidade das
representações teóricas*

3. Providenciar uma atmosfera de neutralidade igual à de analisandos heterossexuais, notando que esta igualdade para muitos analistas é ameaçada pela adesão a teorias antigas, pelo contexto heterossexista da cultura, pela falta de conhecimento sobre as normas da vida gay, e pela subjetividade individual e a contratransferência.

Face a essas recomendações, Botella responde que as reivindicações de não discriminação são próprias ao contexto da América do Norte, caracterizada pela psiquiatrização da psicanálise, e a sua vinculação com a psicologia do ego. Segundo ele, a norma denunciada por Roughton é meramente uma norma médica²⁴. Embora Botella tenha razão quanto à dimensão não terapêutica da psicanálise, eis aqui uma resposta de surdo: é muito problemático considerar que a norma que afeta o tratamento dos pacientes homossexuais é só médica. Botella responde a propósito de um princípio, ou seja, o ideal de uma psicanálise não medicalizada que não almeje *curar*; mas ele se omite de considerar, além desta psicanálise utópica, a realidade da maioria de sociedades analíticas, e a desconsideração de pacientes e analistas homossexuais.

Roughton, de resto, nunca ignorou esta norma médica, como escreveu em seu texto “Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis”²⁵.

A questão é a seguinte: apesar de a abordagem psicanalítica ser centrada na realidade psíquica, esta primazia não anula magicamente a realidade exterior nem está desvinculada dela. Isso vale para vários níveis:

• a realidade psíquica de qualquer sujeito está inscrita num contexto de realidade exterior, no

qual prevalecem alguns valores, e outros são condenados. A consideração da homossexualidade como doença, a recusa de pacientes e de analistas homossexuais são elementos irreduzíveis de uma realidade exterior que existiu, continua existindo em todas as sociedades analíticas, e organizando a realidade psíquica dos analisandos e dos analistas;

• embora o sexual infantil seja eterno, no sentido de um conflito entre prazer e desprazer, desejo e proibição, as formas imaginárias dadas a esse sexual infantil, os operadores simbólicos que ele recebe (Édipo, figuras de pai, mãe, inveja do pênis e recusa da feminilidade, Nome-do-pai e falo) não são categorias a-históricas, caídas da esfera etérea das ideias puras. Elas provêm de um contexto social, histórico e cultural dado, de configurações particulares das relações de aliança e filiação (a família burguesa do final do século XIX), que lhes preenchem com uma imaginariização particular. Considerar que a psicanálise se importa unicamente com um nível intrapsíquico separado do coletivo é instituir dogmaticamente uma eternidade das representações teóricas, uma intangibilidade da teoria e uma sacralidade dos psicanalistas supostamente imunes a qualquer contexto histórico.

É verdade que Roughton, em vários textos, aponta para as condições *externas* de escuta dos/as analisandos/as homossexuais, e a série de preconceitos que podem prejudicar a clínica, sem todavia desenvolver qualquer metapsicologia da

22 R. Isay, *Becoming gay: the journey to self-acceptance*.

23 R. Roughton, “Homosexuality: Clinical and technical issues”, in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra, 2001.

24 C. Botella, “A response to Ralph Roughton’s paper”, in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra, 2001, p. 20.

25 R. Roughton, “Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis”, *Journal of the American Psychoanalytic Association* (“Repensando a homossexualidade e seus ensinamentos sobre a psicanálise”), n. 3, Estados Unidos, 2002.



*quando a psicanálise se revela
cega a ela mesma e ao processo
analítico, é a sociedade que acaba
lhe apontando uma despatologização
da homossexualidade*

homossexualidade: foi a crítica principal que lhes dirigiram vários psicanalistas (Green e Botella). O alvo de Roughton, porém, não é aqui construir uma metapsicologia da homossexualidade ou de qualquer sexualidade, mas ressaltar a realidade contextual da abordagem teórica e clínica da homossexualidade nas sociedades analíticas. Fica problemático atacá-lo *por* falta de metapsicologia quando ele afirma que antes de desenvolver qualquer metapsicologia, a realidade clínica imprescindível para elaborar esta metapsicologia deve ser considerada fora de pré-concepções que ensurdecem a escuta desta clínica.

Por conseguinte, nos parece *necessário* diferenciar duas dimensões irreduzíveis em qualquer manifestação de psicanálise, seja no consultório do/a analista, na teoria analítica, ou na instituição analítica:

✦ Por um lado, há o processo analítico, visando à elaboração psíquica, ao manejo dos conflitos, à transformação afetiva de uma situação de repetição, que acontece na relação transferencial entre um/a analista e um/a analisando. Esse processo pode ser estendido a uma análise da dimensão enunciativa de qualquer discurso. A significância de um discurso clínico e teórico não reside nos diversos sentidos positivos articulados pelos seus conteúdos, mas na sua origem e no seu destino: quem fala, e para quem está endereçada a fala?

✦ Por outro lado, aparecem as representações sociais, culturais, históricas, políticas e subjetivas

que excedem o processo analítico, mas o acompanham irreduzivelmente e podem enchê-lo de imaginarização.

O arcabouço teórico da psicanálise não é imune às implicações historicizadas de seu surgimento, nem às posições normativas que provêm da hegemonia discursiva dominante. Quando com arrogância e onipotência, em nome da psicanálise, vários analistas pretendem definir as condições da subjetivação *correta* e normal, abandonam o processo analítico em favor de suas condições históricas.

Ora, se a homossexualidade saiu das classificações médicas da perversão e das parafilias do DSM IV e do CID (ainda que tenha ficado como “orientação sexual ego-distônica” ou “transtorno sexual não especificado”), não foi graças a uma mudança abrupta e avisada das percepções do normal e do psicopatológico pelos psiquiatras, mas por meio da pressão e dos protestos de homossexuais. Do mesmo jeito, quando a psicanálise se revela cega a ela mesma e ao processo analítico, é a sociedade que acaba lhe apontando uma despatologização da homossexualidade. O “*problema da homossexualidade*”, suscetível, segundo Botella, de ser resolvido hoje em dia pela psicanálise²⁶, foi mais dissolvido do que resolvido, diretamente no espaço público, e não no consultório do/a psicanalista. Reformas sociais condenadas por uma maioria de psicanalistas²⁷ foram votadas: hoje em dia, o casamento igualitário e a possibilidade de adoção por casais homoafetivos foram reconhecidos em 17 países. Surgem duas consequências: primeiro, a homossexualidade não pode continuar a ser abordada como problema social de oposição à lei (ou à Lei Simbólica supostamente imutável) e, segundo, questiona-se se os psicanalistas são os mais indicados para *estudá-la*, em nome de uma *expertise* da psique.

Por outro lado, o problema excede uma simples oposição de culturas. Vários psicanalistas (a maioria franceses) manifestaram, neste debate, a opinião de que a questão de analistas

gays e lésbicas era um “*problema americano*”, sem nenhuma relevância nas sociedades europeias. É com este espírito que Catharine Bonningue pergunta, num dossiê organizado sobre a homossexualidade para a revista *La Cause Freudienne*: “quais são as normas que vieram a nós [franceses] dos Estados Unidos em matéria de homossexualidade?”²⁶. Além da xenofobia aqui expressa (a homossexualidade sendo uma praga estrangeira que contamina a Europa), o que mais fundamentalmente se esquece é a descendência propriamente europeia destas “*ideias americanas*”. Foram intelectuais franceses, Foucault, Deleuze e Derrida que, através do que os americanos chamam de *French Theory*, deram lugar a uma disseminação de estudos sobre a historicização do sexo, do gênero e da sexualidade, chamados de *Gender Studies*. O problema, mais uma vez, se revela político: trata-se de jogos próprios às estratégias de saber-poder. Mais recentemente, políticos e universitários franceses expressaram o mesmo receio frente aos estudos de gênero, definindo-os unitariamente como *teoria do gênero*. Os estudos de gênero, porém, não são uma teoria única, mas

26 “Hoje em dia, com o aumento dos conhecimentos, tanto na teoria quanto na prática, deveria ser possível afirmar que a psicanálise é chamada a resolver o problema da homossexualidade” (Berman, *op. cit.*, p. 641).

27 Veja-se, por exemplo, os artigos de vários psicanalistas franceses contra o PaCS (união civil de parceiros do mesmo sexo, uma lei votada em 1999 na França) e mais recentemente contra o casamento igualitário: T. Anatrella, “Ne pas brouiller les repères symboliques”, in *Le Figaro*, 16 juin, 1998; “A propos d’une folie”, *Le Monde*, 26 juin, 1999; *La différence interdite*, Paris, Flammarion, 1998 ou *Le règne de Narcisse. Les enjeux de la différence sexuelle*, Paris, Presse de la Renaissance, 2005; M. Balmay, “Mariage pour tous: la parole en danger”, in *La Vie*, 1 février 2013; C. Flavigny, “Le PaCS, l’enfant et Freud”, in *Libération*, 19 octobre, 1999; S. Korff-Sausse, “PaCS et clones: la logique du même”, in *Libération*, 7 juillet, 1999; P. Legendre, *Le Monde de l’éducation*, décembre, 1997; “Nous assistons à une escalade de l’obscurantisme”, *Le Monde*, 23 octobre, 2001; S. Lesourd, *Le Monde*, 14-15 mars, 1999; A. Magoudi, in *Le Monde*, 5 novembre, 1997; M. Schneider, “Désir, sexe, pouvoir”, e “Malaise dans la sexualité? Du nouvel ordre sexuel au nouvel ordre matriarcal”, in *Esprit*, mai, 2002, ou *Big Mother. Psychopathologie de la vie politique*, Paris, Odile Jacob, 2002; J.-P. Winter, “Gare aux enfants symboliquement modifiés”, *Le monde des débats*, mars, 2000.

28 C. Bonningue, “L’inconscient homosexuel: editorial”, in *La cause freudienne*.

29 R. Roughton, “Homosexuality: Continued”, in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, p. 32.

»
o que mais fundamentalmente
se esquece é a descendência
propriamente europeia
destas “ideias americanas”

uma série de análises de campos diferentes (sociologia, filosofia, biologia, antropologia, história, etc.) que se questionam sobre a construção das identidades de gênero, de sexo e de sexualidade e sua essencialização/naturalização por meio da análise da transmissão da norma.

Frente a esta *americanização* da questão, a resposta de Roughton aos analistas europeus manifesta, além de qualquer nacionalismo xenófobo, uma preocupação pela dimensão internacional da psicanálise:

Mesmo que a sua sociedade psicanalítica seja completamente desprovida de discriminação, que a teoria que vocês ensinam seja totalmente imparcial, e que a abordagem distante que vocês preferem não tenha nada a ver com homofobia, vocês pertencem a uma organização mundial na qual algumas sociedades discriminam e ensinam conceitos antiquados e preconceituosos. Não podemos negar que um dano real seja feito a pessoas reais no mundo real²⁹.

A questão da neutralidade do psicanalista

Na oposição de vários psicanalistas à não discriminação dos homossexuais, um dos argumentos principais foi a defesa da neutralidade dos psicanalistas, contra a exposição de vida privada implicada pelo *proselitismo* e a *militância* dos psicanalistas homossexuais. Assim, um psicanalista que desvelaria a sua homossexualidade não poderia ser neutro.



portanto, a questão da sexualidade do analista é criada e essencializada, como minoridade, pela discriminação a partir do heterocentrismo

Observemos, por um lado, como esta questão de neutralidade foi sumamente atacada por estes mesmos psicanalistas que a defendiam quando, na França, por exemplo, frente aos projetos de lei sobre uniões homoafetivas, psicanalistas se expressaram publicamente, sobre a “catástrofe simbólica” que produziria a legalização estatal da homossexualidade. Eles denunciaram nada menos, nestes projetos, do que ataques à “Ordem simbólica”, à função paterna e a diferença de sexos³⁰. Universalizando o seu próprio Édipo, se pronunciaram sobre a imutabilidade da ordem familiar estabelecida e gratificaram a comunidade com suas preferências subjetivas pouco analisadas, reproduzindo estereótipos revestidos de uma metapsicologia eterna.

Por outro lado, se concordarmos com a necessidade de *neutralidade* do psicanalista, não revelar a homossexualidade (deixando de lado o problema *da* ou de *uma* homossexualidade existir realmente) é tão importante como não revelar a heterossexualidade. Um psicanalista vestindo o seu anel de casamento estaria então revelando aquilo que deveria deixar segredo. Obviamente, esta reivindicação de *neutralidade* por parte dos opositores à não discriminação dos analistas homossexuais parte de um heterocentrismo, similar ao argumento usado pelos defensores do universalismo republicano contra o particularismo minoritário na França³¹. Aqui, omite-se ver que o universalismo procede da ideia de que o modelo do homem branco e heterossexual seja universal e de que qualquer diferença manifestada

(mulher, negra, preferencialmente lésbica) seria uma reivindicação minoritária que não daria para ser sustentada no modelo republicano. O debate entre universalismo e diferencialismo, republicanismo e comunitarismo acaba colocando uma falsa alternativa. Definir o discurso republicano por um universalismo desvinculado de qualquer contexto apaga os efeitos estratégicos deste tipo de discurso político. Isso é o que acontece no âmbito da psicanálise: reivindicar a heterossexualidade como neutralidade, universal, do psicanalista acaba escamoteando as irreduzíveis consequências políticas deste heterocentrismo.

Para ultrapassar esta falsa alternativa entre universalismo e particularismo identitário, é preciso pensar não em termos de reivindicação de identidade, mas em termos de discriminação. Portanto, aqui, a minoridade (os psicanalistas homossexuais) não é uma comunidade identitária, mas uma categoria criada precisamente pela exclusão, e naturalizada pela discriminação. Uma minoria é definida externamente, pelo assujeitamento por uma relação de poder.

Portanto, a questão da sexualidade do analista é criada e essencializada, como minoridade, pela discriminação a partir do heterocentrismo, enquanto há tantas sexualidades quantos analistas. Em outras palavras, a sexualidade do analista deveria ficar nula e sem efeito: é um falso problema.

A questão do enrijecimento da identidade

Em termos metapsicológicos, quando se coloca a ênfase sobre a multiplicidade psíquica e as camadas de conflitos, sobre a pulsão e a dinâmica psíquica, não faz sentido nenhum falar em termos de categorias enrijecidas de homossexualidade e heterossexualidade. Revela-se inclusive perigoso pensar que a masculinidade e a feminilidade são uma unidade precisa, fixa, e que existem identidades engessadas de homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais. A própria noção de dinâmica psíquica exclui qualquer identidade:



*a sexualidade do analista
aparece então como um falso
problema. Torna-se problema quando
surtem práticas de discriminação*

reivindicar categorias fixas procede de formações identitárias que defendem contra a perda. Esta mesma *polícia da identidade* existe tanto na essencialização de identidades heterossexuais quanto homossexuais.

Novamente, a questão da homossexualidade do psicanalista é uma falsa questão se confrontada à multiplicidade psíquica de identificações masculinas, femininas e transgênero, que não podem ser reduzidas a uma identidade hetero ou homossexual, de homem ou mulher. *O/A psicanalista homossexual não existe: existem psicanalistas com variedades inumeráveis no sexual-infantil, e que, num momento dado da sua vida, param na principal escolha de objeto de um sexo ou do outro.*

O falso problema

Deduzimos destas considerações que a questão da sexualidade e da homossexualidade do analista se cristaliza só quando se trata de homofobia: fora disso, é, repetimos, um falso problema. Portanto, a abordagem deste assunto deve se rearticular não a partir da homossexualidade, mas da homofobia. Eis aqui um traslado epistemológico e político: não se trata de estudar o comportamento homossexual considerado como patológico, mas de abordar as razões que levaram a considerar esta sexualidade como desviada.

Neste sentido, talvez caiba definir de forma mais precisa e mais forte a homofobia: como apontam Eric e Didier Fassin³², a homofobia remete à questão psicológica de uma rejeição da homossexualidade, mas também a questão ideológica de uma desigualdade das sexualidades. Em qualquer concepção hierarquizada das sexualidades que dê primazia à norma heterossexual, destaca uma forma de homofobia, no sentido de uma série de estratégias opostas à legitimação

da homossexualidade como sexualidade aceitável da mesma maneira que a heterossexualidade. A homofobia aparece aqui como ocultação de uma diversidade, apagamento da historicidade da norma.

A sexualidade do analista aparece então como um falso problema. Torna-se problema quando surtem práticas de discriminação. As problemáticas psíquicas de sujeitos cuja escolha sexual é um/a parceiro/a do mesmo sexo são um setor, dentro de muitos outros, do campo da psicanálise como prática e teoria. Estes sujeitos não escapam às vicissitudes da vida psíquica e não diferem em nada dos heterossexuais.

No século xv, uma reunião de autoridades clericais aconteceu na cidade de Constantinopla. Enquanto debatiam diversos temas de ordem teológica e religiosa, os otomanos empreenderam violentos ataques pelos quais ganharam territórios controlados por reinos cristãos. Os documentos da época revelaram que, entre outras coisas, os religiosos ali presentes debatiam interminavelmente para saber se os anjos tinham um sexo. É uma triste realidade que, enquanto várias teorias e técnicas *psi*, correspondendo às exigências de eficiência e rentabilidade do mercado, continuam desenvolvendo modelos de adestramento, condicionamento e adaptação, atacando a psicanálise na sua complexidade, nos seus conceitos e nos seus objetivos, os psicanalistas continuem debatendo o sexo dos anjos.

³⁰ Vejam-se os artigos precedentemente citados.

³¹ E. Fassin, "Aveugles à la race ou au racisme? Une approche stratégique", in D. Fassin; E. Fassin, *De la question sociale à la question raciale. Représenter la société française*.

³² D. Fassin e E. Fassin, *op. cit.*, p. 76.

Referências bibliográficas

- American Psychoanalytic Association. "Annual Meeting – May 8th, 1991". *Journal of the American Psychoanalytic Association*.
- Berman E. (1998). Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin, Buenos Aires. *International Journal of Psychoanalysis*, n. 4, Inglaterra.
- Bieber I.; Dain H.; Dince P.; Drellich H.; Grand H.; Gundlach R.; Kremer M.; Rifkin A.; Wilbur C.; Bieber T. (1962). *Homosexuality: a Psychoanalytic Study*. New York: Basic Books.
- Bonningue C. (1997). L'inconscient homosexuel: editorial. *La cause freudienne*, n. 37, França.
- Boston Psychoanalytic Association. Website <http://www.bostonpsychoanalytic.org/analytic_training> (Acessado em 7 dez. 2012).
- Botella C. (2001). A response to Ralph Roughton's Paper. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra.
- Botella C. (1999). L'homosexualité(s): Vicissitudes du narcissisme. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 4, França, 1999.
- Bychowski G. (1956). The ego and the introjects. *Psychoanalytic quarterly*, n. 1, Estados Unidos.
- Drescher J. (1995). A history of homosexuality and organized psychoanalysis. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, n. 3, Estados Unidos.
- Ellis M. L. (1994). Lesbians, gay men and psychoanalytic training. *Free Associations*, n. 4, Inglaterra.
- Fassin E. (2006). *De la question sociale à la question raciale. Représenter la société française*. Paris: La découverte.
- Foucault M. (1976). *Histoire de la sexualité. Tome I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Green A. (1997). *Les Chaînes d'Éros. Actualité du sexuel*. Paris: Odile Jacob.
- Isay R. (2009). *Becoming gay: the journey to self-acceptance*. New York: Vintage Books.
- Kolb L.; Johnson A. (1955). Etiology and therapy of overt homosexuality. *Psychoanalytic Quarterly*, n. 4, Estados Unidos.
- Nicolaïdis N. (2001). L'homosexualité et la question de la différence. *Médecine et Hygiène*, n. 21, França.
- Rado S. (1940). A critical examination of the concept of bisexuality. *Psychosomatic Medicine*, n. 2, Estados Unidos.
- Rauchfleisch U. (1993). Homosexuality and psychoanalytic training. *Forum der psychoanalyse*, n. 4, Áustria.
- Roudinesco E. (2002). Psychanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle. *Cliniques Méditerranéennes*, n. 65, França.
- Roughton R. (2001). Homosexuality: Clinical and technical issues. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra.
- _____. (2001). Homosexuality: Continued. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 2, Inglaterra.
- _____. (2002). Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis". *Journal of the American Psychoanalytic Association*, n. 3, Estados Unidos.
- _____. (2003). The International Psychoanalytic Association and Homosexuality. *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*, n. 1-2, Estados Unidos.

Socarides C. (1972). Homosexuality: basic concepts and psychodynamics. *International Journal of Psychiatry*, n. 1, Estados Unidos.

_____. (1968). *The overt homosexual*. New York: Grune & Stratton.

Homosexuality in the analysts: history, politics and metapsychology

Abstract: For many years, inside and outside the IPA, homosexuals were considered "sick" and thus banned from becoming psychoanalysts. Today this position (sometimes still defended) seems to come from a conception of the sexual-infantile as a merely intrapsychic element. Its links with historical, political and clinical contexts are then ignored, which in-turn leads to a normative concept of sexuality. This paper presents a brief history of the constitution and dissolution of an unwritten rule about homosexuality in an analyst, and goes on to propose some reflections based upon those historical discussions.

Keywords: homosexuality of the analyst; Psychoanalysis; IPA; normative concepts; object-choice.

Recebido em: outubro de 2013

Aprovado em: dezembro de 2013